

**Dayana de Carvalho Uhdre**

# **COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA**

**Incidência e Limites de Novas Hipóteses de  
Responsabilidade Tributária**

Curitiba  
Juruá Editora  
2017

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

**ISBN: 978-85-362-7101-9**



**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil  
**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Uhdre, Dayana de Carvalho.

U29      Competência tributária: incidência e limites de  
novas hipóteses de responsabilidade tributária./  
Dayana de Carvalho Uhdre./ Curitiba: Juruá, 2017.  
246p.

1. Competência tributária. 2. Responsabilidade  
Tributária. I. Título.

CDD 343.04 (22.ed)

CDU 336.2.022

000045

---

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>17</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>PARTE I</b>	
<b>A TRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVO-TRIBUTÁRIA EM UM ESTADO FEDERADO .....</b>	<b>23</b>
<b>1 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>25</b>
1.1 COMPETÊNCIA E PODER .....	25
1.2 DA PLURALIDADE DE ACEPÇÕES DA EXPRESSÃO “COM- PETÊNCIA TRIBUTÁRIA” .....	29
1.3 A CONSTITUIÇÃO CRIA TRIBUTOS? .....	43
<b>2 ESTADO FEDERAL .....</b>	<b>49</b>
2.1 ASPECTOS ESSENCIAIS DE UM ESTADO FEDERAL .....	50
2.1.1 Estrutura da Ordem Jurídica .....	51
2.1.2 Outros Traços Característicos do Federalismo .....	54
2.1.2.1 Constituição rígida .....	54
2.1.2.2 Órgão responsável pelo controle de constituçona- lidade .....	58
2.1.2.3 Repartição constitucional de competência .....	58
2.1.3 Técnicas de Repartição de Competências .....	62
2.2 CONCLUSÃO PRELIMINAR .....	63

<b>3 A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ESTADO FEDERAL BRASILEIRO E A FUNÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>65</b>
3.1 TÉCNICA DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA ADOTADA PELO CONSTITUINTE DE 1988.....	66
3.2 A FUNÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	79
3.2.1 Considerações Iniciais.....	79
3.2.2 Lei Complementar Tributária no Contexto do Estado Federal Brasileiro. Uma Leitura Sistêmica dos Dispositivos Constitucionais.....	88

## PARTE II

<b>E ENTÃO, PODEM OS ESTADOS LEGISLAREM INAUGURALMENTE SOBRE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA? .....</b>	<b>97</b>
<b>1 RETOMANDO O “FIO DA MEADA”.....</b>	<b>99</b>
<b>2 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. SOBRE O QUE ESPECIFICAMENTE ESTAMOS FALANDO.....</b>	<b>103</b>
2.1 INTRODUÇÃO .....	103
2.2 NORMA JURÍDICA DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA. NOÇÕES GERAIS .....	106
2.2.1 Antecedente da Regra-Matriz de Incidência Tributária .....	112
2.2.1.1 Esclarecimentos preliminares. “Fato gerador” versus “hipótese de incidência”: uma questão terminológica..	113
2.2.1.2 Critério material .....	117
2.2.1.3 Critério espacial .....	119
2.2.1.4 Critério temporal .....	121
2.2.1.5 Critério pessoal no antecedente? .....	123
2.2.2 Consequente da Regra-Matriz de Incidência Tributária.....	127
2.2.2.1 Critério quantitativo .....	128
2.2.2.2 Critério pessoal .....	129
2.3 ESPÉCIES DE SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA .....	132

<b>3</b>	<b>NORMA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVO-TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>147</b>
3.1	O ANTECEDENTE DA NORMA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVO-TRIBUTÁRIA.....	149
3.2	O CONSEQUENTE DA NORMA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVO-TRIBUTÁRIA.....	151
3.2.1	Crítério Pessoal da Norma de Competência Legislativo-Tributária .....	152
3.2.2	Crítério Delimitador da Autorização da Norma de Competência Legislativo-Tributária.....	155
3.2.2.1	Limitações formais e materiais. Visão geral .....	157
3.2.2.2	Limitações à escolha do sujeito passivo tributário veiculadas no diploma constitucional .....	161
3.2.2.2.1	Princípio da capacidade contributiva .....	161
3.2.2.2.2	Princípio da vedação à tributação com efeitos de confisco.....	178
3.2.2.2.3	Princípio da legalidade. Reserva de Lei Complementar para o trato do tema? .....	183
3.2.2.3	Outros enunciados que limitam a escolha do sujeito passivo tributário: as disposições específicas do CTN e da Lei Kandir sobre a matéria .....	193
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DA LEI 11.580/1996 E DE COMO LEGISLADOR ESTADUAL RECEBEU A AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVO-TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>201</b>
	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>213</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>223</b>
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>233</b>